



PODER JUDICIÁRIO
4ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA MILITAR
ADM4CJM

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Aquisição de aparelhos telefônicos, de acordo com as especificações e quantitativos informados neste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A aquisição do material tem por objetivo suprir a deficiência auditiva de servidor da Auditoria da 4ª CJM. A aplicação do produto é ideal para pessoas com audição reduzida que têm dificuldade para ouvir uma conversa ao telefone.

3. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

| ITEM | ESPECIFICAÇÕES | QUANTIDADE | IMAGEM DE REFERÊNCIA (meramente ilustrativa) |
|------|---|------------|--|
| 1 | <p><u>Telefone Digital</u></p> <p><u>Especificações mínimas:</u></p> <p>Telefone Amplificado para Deficiente Auditivo COM REGULADOR DE VOLUME</p> <p>Aplicação do Produto Ambientes com muito barulho, linhas telefônicas com fonia baixa ou pessoas com audição reduzida tem dificuldade para ouvir uma conversa ao telefone.</p> <p>Características Aumenta a recepção de voz do telefone Intensidade sonora (tom de linha): 111dBA (+/-3dBA) Luz de operação: Indica o funcionamento do amplificador durante a conversação Campainha do telefone: 3 volumes Teclas de funções: Mute/ Redial/ Flash Cor: Preto</p> <p>Marca Referência: Intelbrás</p> | 01 |  |

3.1. A sugestão da marca de referência é meramente indicativa da qualidade do material a ser adquirido, não estando o fornecedor vinculado à marca informada, podendo ser aceitos materiais similares, desde que comprovadamente de mesma qualidade ou superior em relação ao sugerido.

3.2. As imagens constantes neste Termo de Referência são meramente ilustrativas, servindo tão-somente como parâmetro, com a finalidade de, juntamente com a descrição, expor de forma clara os itens solicitados, evitando cotação de material com natureza diversa do pretendido.

4. CRITÉRIO DE JULGAMENTO E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

4.1. Será vencedora a proposta com **menor preço por item** e que a empresa esteja em conformidade com o art. 64 da Lei 9.430/1996, e possuir Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Anexo XI da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 2.5.2007), observado o disposto no art. 4º do Decreto nº 6.106, de 30.04.2007; Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (Lei nº 8.036/1990); regularidade com a

Fazenda Federal e a Dívida Ativa da União; regularidade relativa a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho; Certidão Negativa no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no Portal da Transparência; Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNAI), disponível no Portal do CNJ; e Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos, disponível no Portal do TCU.

4.2. O prazo para entrega das propostas é de 10 (dez) dias úteis contados a partir da assinatura do Termo de Referência pela Juíza Federal da Justiça Militar.

4.2.1. Caso esse prazo se encerre sem pelo menos 3 (três) propostas, a cotação continuará em vigor e só finalizará com a entrega da terceira proposta.

4.3. Em caso de **empate**, a proposta enviada primeiro prevalecerá sobre as demais.

4.4. Os itens considerados neste Termo de Referência não vinculam à aquisição pela Administração Pública, uma vez que a contratação está condicionada à existência de dotação orçamentária.

5. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

5.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do Artigo 1º, Parágrafo Único, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e Artigo 1º e Artigo 2º, § 1º, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005.

6. PROPOSTA

6.1. Os orçamentos deverão ser detalhados, valores em reais, já incluídos todos os custos do fornecedor, como fretes (frete CIF – o fornecedor que deve arcar com os custos da entrega), impostos, carga e descarga, conter CNPJ, data, validade e razão social, endereço e telefone de contato, nome e assinatura do responsável.

6.2. O fornecedor deverá observar o Art. 40, § 2º do CDC (Código de Defesa do Consumidor).

7. MODALIDADE DO CERTAME LICITATÓRIO

7.1. Esta aquisição será realizada por meio de **Dispensa de Licitação, com base no artigo 24, inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**, assim como no **Decreto nº 9.412, de 18 de junho de 2018**, em função do seu baixo valor, através de solicitação de cotação, via e-mail, a três ou mais fornecedores.

8. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

8.1. A presente contratação será formalizada mediante a emissão de Nota de Empenho, tendo em vista que atende a previsão legal disposta no Artigo 62, § 4º, da Lei nº 8.666/1993, quanto à substituição do Termo de Contrato por outro instrumento hábil, considerando que trata da compra de material com entrega imediata e integral do bem adquirido, e que não resultará obrigação futura para o fornecedor.

8.2. A Nota de Empenho será encaminhada para o e-mail do fornecedor vencedor da Cotação.

8.3. Em caso de manifestação de desistência do fornecedor, fica caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, consoante o estabelecido no Artigo 81 da Lei nº 8.666/1993, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

9. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO E FISCALIZAÇÃO

9.1. Provisoriamente, por servidor a ser designado para esse fim, acompanhado da devida Nota Fiscal, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes da proposta, impreterivelmente, no horário das 9h às 12h e das 14h às 18h, horário de Brasília, de segunda a sexta-feira em dias úteis.

9.2. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 5 (cinco) dias úteis do recebimento provisório.

9.3. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

9.4. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, das especificações do material entregue e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercido por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/1993.

10. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

10.1. O prazo de entrega será de no máximo de 30 (trinta) dias corridos a contar da data do primeiro dia útil, após a confirmação do recebimento da respectiva Nota de Empenho pela CONTRATADA.

10.2. As prorrogações para a entrega de material só serão aceitas na ocorrência de fato superveniente, devidamente comprovado, que as justifique.

10.3. O prazo para a entrega do material não será, em hipótese alguma, prorrogado novamente, após a primeira prorrogação, sujeitando-se a CONTRATADA, nesta situação, às penalidades previstas em lei por seu descumprimento.

10.4. Todo material deverá constar o nome do fabricante impresso em cada unidade ou em sua embalagem original de fábrica.

10.5. Os materiais fornecidos devem ser de primeira qualidade

10.6. No momento da entrega, um servidor designado pela CONTRATANTE verificará se o material entregue atende as especificações do Termo de Referência, podendo rejeitar o material, no todo ou em parte, que esteja em desacordo com o especificado.

- 10.7. Não serão recebidos os materiais que apresentarem nas embalagens sinais de violação, aderência ao produto, umidade, ou inadequação em relação ao conteúdo, e não estiverem devidamente identificadas e de acordo com o que estabelece a legislação vigente.
- 10.8. Em caso de rejeição do material, o servidor lavrará um Termo de Recusa e Devolução, no qual se consignarão as desconformidades com as especificações, ou o motivo da rejeição, ficando a CONTRATADA, com o recebimento do termo, cientificada da obrigação de sanar as irregularidades apontadas, no prazo de 10 (dez) dias úteis, e de que estará, conforme o caso, passível das sanções cabíveis.
- 10.9. Caso a substituição não ocorra em até 10 (dez) dias úteis, ou caso o novo lote também seja rejeitado, estará a CONTRATADA incorrendo em atraso na entrega, sujeita à aplicação das sanções previstas.
- 10.10. Os custos da substituição dos itens rejeitados correrão exclusivamente às expensas da CONTRATADA.
- 10.11. O servidor responsável para acompanhar a entrega do objeto formalizará o seu recebimento na própria Nota Fiscal.
- 10.12. O material deverá ser entregue integralmente, em parcela única, sem nenhum custo adicional, na Rua Mariano Procópio, 820, Bairro Mariano Procópio, Juiz de Fora - MG, CEP 36.035-780.

11. GARANTIA DO OBJETO

- 11.1. A CONTRATADA deverá fornecer garantia contra defeitos/vícios, impropriedades de fabricação dos produtos de, no mínimo, 6 (seis) meses, a contar da data de recebimento definitivo do objeto.
- 11.2. Na hipótese de a fabricante oferecer garantia por tempo superior, esta prevalecerá.
- 11.3. A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, entregar o Termo de Garantia no ato de conclusão da entrega do objeto, o qual pode constar também da Nota Fiscal.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 12.1. Exercer a fiscalização dos materiais por intermédio de servidores designados, na forma prevista na Lei nº 8.666/1993.
- 12.2. Receber, conferir e avaliar o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 12.3. Interromper a entrega de materiais que estejam em desacordo com as especificações e demais exigências previstas no Termo de Referência.
- 12.4. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
- 12.5. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções e alteração do mesmo, quando se fizerem necessárias.
- 12.6. Proceder aos pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições e preços pactuados.
- 12.7. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto licitado, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 13.1. Manter-se, durante todo o processo licitatório, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação de acordo com o Artigo 55, Inciso XIII, da Lei nº 8.666/1993.
- 13.2. Fornecer o material ofertado, atendendo rigorosamente suas especificações, dentro da validade, cumprir os prazos definidos para entrega, executar com presteza, eficácia e eficiência todas as atividades previstas no Termo de Referência.
- 13.3. Efetuar a troca dos produtos que não atenderem às especificações do objeto, ou que forem rejeitados, sem ônus para a CONTRATADA, no prazo estipulado.
- 13.4. Assumir todas as responsabilidades resultantes da observância da Legislação e do fornecimento dos itens objeto deste Termo de Referência.
- 13.5. Responder por todos os tributos federais, estaduais e municipais que eventualmente incidirem sobre o presente contrato, bem como acidentes de trabalho que, porventura, ocorrerem e todos os encargos sociais, trabalhistas e previdenciários.
- 13.6. Responsabilizar-se pelo pagamento de todos os custos, despesas e encargos resultantes do fornecimento do objeto deste Termo de Referência, no que couber.
- 13.7. Atender prontamente quaisquer exigências da CONTRATADA, inerentes ao objeto de fornecimento da contratação.
- 13.8. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado ao patrimônio da CONTRATANTE em razão de negligência, imperícia e imprudência de seus funcionários durante a entrega do material.

14. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 14.1. A CONTRATANTE efetuará o pagamento após o ateste da Nota Fiscal, de acordo com as descrições contidas na Nota de Empenho, por meio de Ordem Bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA, desde que o material tenha sido entregue integralmente, aprovado e atestado pela fiscalização da CONTRATANTE.
- 14.2. A Nota Fiscal deverá se emitida em nome da Auditoria da 4ª CJM, CNPJ nº 00.497.552/0015-52.
- 14.3. Após o recebimento definitivo de todo o serviço contratado, a gestora de contrato atestará a Nota Fiscal e encaminhará a mesma à Seção de Administração da Auditoria da 4ª CJM, para fins de liquidação e pagamento.

14.4. Deverá constar na Nota Fiscal as seguintes informações:

14.4.1. Endereço, CNPJ, valor dos serviços prestados, número do banco, da agência e da conta corrente da CONTRATADA e a descrição clara dos serviços prestados.

14.4.2. A alíquota do Imposto Sobre Serviço - ISS - incidente sobre o valor da Nota Fiscal e seu fundamento legal, conforme legislação em vigor, para fins de retenção tributária, se for o caso.

14.4.3. A alíquota correspondente, bem como o código da receita, para fins de retenção tributária relativa aos tributos federais (IR, CSLL, COFINS, PIS/PASEP), conforme Anexo I da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, se for o caso.

14.5. No ato da efetivação do pagamento, será efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a Instrução Normativa nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil e suas alterações.

14.6. As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a declaração prevista no art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, assinada por seu(s) representante(s) legal(is).

14.6.1. Caso não seja apresentada a Declaração de optante pelo Simples Nacional, a CONTRATANTE efetuará os recolhimentos, na forma da legislação, como não sendo optante pelo regime especial de tributação.

14.7. Constatada qualquer irregularidade nas condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, os pagamentos serão sobrestados e a CONTRATADA será intimada a providenciar sua regularização, no prazo de 30 (trinta) dias consecutivos.

14.8. Caso a situação não seja regularizada, a CONTRATANTE efetuará os pagamentos dos serviços prestados e o fato será oficiado à Receita Federal, comunicando a irregularidade, sem prejuízo das sanções cabíveis.

15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. A licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar contrato ou ata de registro de preços ou não retirar a nota de empenho, deixar de entregar documentação exigida, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará sujeita, com fundamento na Lei nº 8.666/1993, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal e demais cominações legais, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

15.1.1. **Advertência:** em caso de descumprimento de determinação formal ou instrução complementar da fiscalização, que não acarrete a aplicação de multa;

15.1.2. **Multa moratória** de:

15.1.2.1. 1% ao dia sobre o valor total adjudicado, no caso de atraso injustificado para atendimento dos prazos estabelecidos pela Administração para apresentação de documentos ou para devolução de instrumentos contratuais e seus aditivos, se for o caso;

15.1.2.2. 1% ao dia sobre o valor total adjudicado, no caso de atraso injustificado para a entrega do objeto, com os respectivos prazos de vigência estabelecidos no Termo de Referência, limitada a incidência a 10 (dez) dias;

15.1.3. **Multa compensatória** de 30% sobre o valor do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

15.1.4. **Suspensão de licitar e contratar com a União** pelo prazo de até dois anos;

15.1.5. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública** direta ou indireta federal, estadual ou municipal, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei nº 8.666/1993.

15.2. As sanções de multa poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de advertência, suspensão de licitar e contratar com a União e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

15.3. A multa será aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contrato ou, se de valor superior ao desta, além da perda da garantia, responderá a CONTRATADA pela sua diferença.

15.3.1. Na hipótese de a CONTRATADA ter sido dispensada da apresentação da garantia ou ser esta de valor insuficiente, a multa deverá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

15.3.2. Caso não haja pagamentos a serem realizados, as multas deverão ser recolhidas como receita da União, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar do recebimento da respectiva Guia de Recolhimento da União (GRU), sob pena de ser o processo encaminhado à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, para a inscrição do crédito na dívida ativa da União e o ajuizamento da execução fiscal.

15.4. Do procedimento de aplicação da penalidade caberá defesa prévia, na forma do art. 87, § 2º, e recurso, nos termos do art. 109, ambos da Lei nº 8.666/1993.

16. RESCISÃO

16.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, sem prejuízo das penalidades previstas neste Termo de Referência.

16.2. O presente contrato será rescindido pela CONTRATANTE, se verificada a ocorrência de quaisquer das hipóteses elencadas no Artigo 78 da Lei nº 8.666/1993.

16.3. A rescisão será formalizada obedecidas às disposições previstas nos Artigos 79 e 80 da mesma lei.

16.4. O presente contrato será rescindido caso a CONTRATANTE verifique que a qualidade dos materiais entregues pela CONTRATADA estejam fora das especificações necessárias.

17. CONTATO

Seção de Administração

E-mail: 4cjmadm@stm.jus.br

Tel: (32) 3313-5657

À consideração superior.

GUSTAVO PENHA DA SILVA
Supervisor da Seção de Administração

De acordo com as informações prestadas. Aprovo o presente Termo de Referência para aquisição de aparelho telefônico.

MARIA DO SOCORRO LEAL
Juíza Federal da Justiça Militar



Documento assinado eletronicamente por **GUSTAVO PENHA DA SILVA, SUPERVISOR(A) DA ADMINISTRAÇÃO DA AUDITORIA DA 4ª CJM**, em 25/05/2019, às 18:41 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA DO SOCORRO LEAL, JUÍZA FEDERAL DA JUSTIÇA MILITAR**, em 27/05/2019, às 17:30 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1402852** e o código CRC **E65F1D26**.